

Especial

Para onde vão os royalties?

POR JOÃO MARCELLO ERTHAL
FOTOS: ISMAR INGBER

Do topo do Four Points Sheraton, o espigão de 23 andares que a partir de maio será o maior hotel de Macaé, chamada de capital brasileira do petróleo, a cidade parece um imenso canteiro de obras. Para abrigar levas de executivos, pessoal técnico e todo tipo de gente que chega para mover as engrenagens da exploração petrolífera na Bacia de Campos, operários trabalham a toque de caixa na porção sul, onde se concentra a maior parte das 2 mil empresas *offshore* instaladas no município.

O paliteiro de guindastes, andaimes e ferragens avança para o alto, tendo como pano de fundo a cor avermelhada do tijolo de barro, tom predominante nas 14 grandes favelas que, aos poucos, se fecham em uma só mancha, espremendo os bairros contra o mar. Esse é o contraste que marca o necessário progresso com a desnecessária injustiça.

Na cidade festejada como eldorado brasileiro, em que a economia cresceu 600% na última década e o PIB per capita anual de R\$ 95.625 é o sexto do estado do Rio de Janeiro, nem o jorro dos royalties foi capaz de furar a barreira da concentração de renda, cavando, em vez disso, um novo abismo de desigual-

O "MILAGRE" DE MACAÉ
Epicentro de um surto de crescimento movido a petróleo, a cidade fluminense é exemplo de como o afluxo de recursos está longe de garantir avanços sociais

dade na região mais próspera do País.

A maior fatia dos royalties desembarca em Campos dos Goytacazes. Mas é Macaé, base operacional da Petrobras no norte do estado, que paga a conta social dessa maratona maluca. De 75 mil habitantes em 1980, a cidade saltou para mais de 156 mil em 2005.

A migração rumo ao "ouro negro", alimentada pela vinda de novos petroleiros, operários da construção civil e trabalhadores que vão aonde houver emprego, sobrecarregou a infra-estrutura urbana e fez surgir na periferia, num intervalo de três décadas, um quadro ameaçadoramente semelhante ao das regiões metropolitanas mais conurbadas. No ranking da violência elaborado pelo Ministério da Saúde, com base nos dados de mortalidade de 2004, a cidade é a 16ª.

Entre 1999 e 2002, enquanto os homicídios cresceram 15% na capital do estado e 22% no interior, Macaé registrou aumento de 86%, como mostra a *Análise Comparativa de Recursos Públicos da Região dos Municípios Produtores de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro*, coordenada pelo professor Cezar Honorato, presidente do Observatório Urbano do Rio de Janeiro, ligado à Uerj.

MAR ADENTRO.
Mais de 80% do petróleo brasileiro é extraído da Bacia de Campos



CONTRASTE Considerado um "eldorado do ouro negro", o município obteve 600% de expansão econômica na última década. Mas as favelas também se multiplicam

A VER NAVIOS. Atraídos por oportunidades de emprego, Liliane e seus vizinhos da Favela da Fronteira vivem à margem da “cidade emergente”



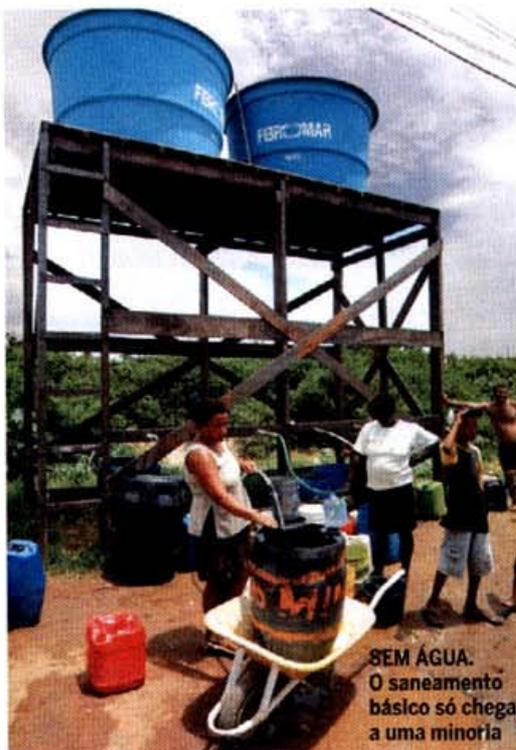
Especial

“Em todo o mundo, as regiões produtoras crescem muito rapidamente, com uma explosão de receita e atividade econômica. A qualidade de vida, no entanto, não acompanha. Os ciclos de exploração, que costumam durar entre 25 e 30 anos, provocam movimentos demográficos intensos e acentuam desigualdades. O pessoal técnico vem todo de fora, ganha bem e eleva a renda média e os preços. Esse aumento não se reflete nos outros salários. Quem trabalha na loja, no restaurante, no posto de gasolina continua ganhando pouco”, ilustra Honorato, que coordenou a pesquisa a pedido do Habitat, a divisão da ONU dedicada à habitação e à qualidade de vida nas cidades.

Os números da Macaé *offshore* impressionam: em 2005, o orçamento inflado pelos royalties foi de R\$ 604 milhões e, para este ano, a previsão é de R\$ 715 milhões. Mas nada traduz melhor a cidade do que as nuances da paisagem no eixo norte-sul, em que as mazelas da periferia se desenvolveram à sombra das cifras estrondosas da região responsável por mais de 80% da produção nacional de petróleo.

Da Praia dos Cavaleiros em direção à Barra de Macaé, no litoral norte, o corredor de filiais de empresas estrangeiras vai dando lugar ao centro antigo e, a partir da ponte sobre o rio Macaé, às grandes favelas. Na Fronteira, uma das mais antigas, o espaço entre a pista e o mar foi sendo ocupado até cobrir parte da faixa de areia. Do lado oposto, formaram-se Nova Holanda, Aeroporto, Nova Esperança, Malvinas e outras que vão ganhando nome à medida que se destacam na paisagem.

Construído na beira da Praia da Barra de Macaé, o barraco de alvenaria de Liliâne Rodrigues, 20 anos, é um dos mais recentes na invasão que tomou 2 quilômetros do litoral norte. Da porta de casa, ela precisa caminhar 200 metros na areia até a bica mais próxima, abastecida três ou quatro vezes por semana por um caminhão-pipa. Com o marido desempregado, e demitida ao voltar da licença-maternidade, ela ajuda a sogra, também sem emprego, a



SEM ÁGUA.
O saneamento básico só chega a uma minoria

procurar lugar para mais gente desempregada da família que vem de Teixeira de Freitas, na Bahia.

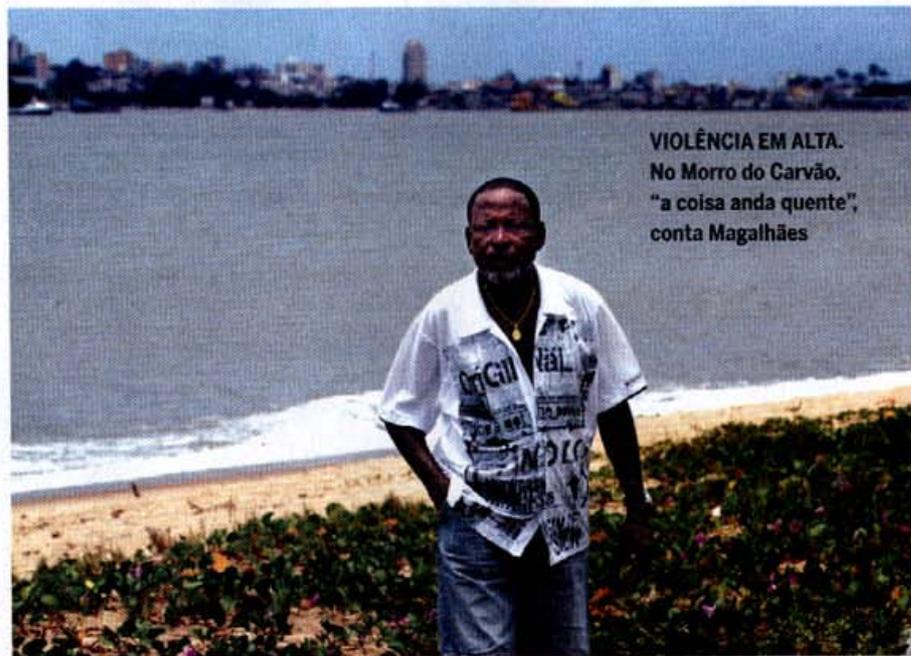
“Aqui é bom. Onde eu morava tinha água e a ‘mosquitância’ era menor. Mas lá não tinha trabalho, o que adianta?”, compara Liliâne, certa de que valeu a pena mudar-se para a favela da Fron-

teira, que hoje concentra cerca de 12 mil pessoas e sotaques de todo o País, quase todos, no entanto, sem condição de dialogar com o mercado formal da economia da região.

Em uma análise do Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade (Iets), com base no *Atlas de Desenvolvimento Humano*, Macaé aparece em quinto lugar no ranking de favelização do estado do Rio, com 16,3% de sua população vivendo em periferias carentes e sem urbanização. A liderança do ranking é de outro beneficiado pelos royalties, Rio das Ostras, onde 40,1% da população vive sem urbanização e a periferia avança para emendar com a de Macaé.

Distinguir onde termina um município e começa outro só é possível pelas placas de boas-vindas na rodovia Amaral Peixoto,

transformada em uma grande avenida que liga os centros das duas cidades. Agraciada com uma generosa fatia dos repasses, a cidadezinha, que tem pouco mais de 47 mil habitantes e conseguiu somar R\$ 328 milhões de receita em 2003, acabou pegando carona no que havia de melhor e de pior no frenesi do setor.



VIOLÊNCIA EM ALTA.
No Morro do Carvão, “a coisa anda quente”, conta Magalhães

IMOBILISMO O mercado de trabalho cresce, mas exige qualificação, pré-requisito raro entre os brasileiros que aportam em Macaé na esperança de uma vida melhor

BEM NA FOTO.

Macaé é apontada como a nona melhor cidade brasileira para se trabalhar. Só perde para capitais



Com a falta de moradia de qualidade para quem chegava pela porta da frente no mundo do petróleo, o balneário, que até meados da década de 90 vivia à custa do turismo das classes média e média baixa, abarcou parte desse contingente e passou a funcionar como cidade dormitório. Simultaneamente a essa transferência de hóspedes, chegaram também, pela porta dos fundos, os egressos de regiões pobres que ajudaram a inflar as áreas invadidas.

Os empregos que atraem tanta gente existem, mas estão bem mais distantes da maioria deles do que as dezenas de quilômetros que os separam das plataformas *offshore*. Para explorar e produzir óleo e gás, a região emprega hoje 46 mil pessoas, número que se multiplica a cada nova descoberta ou com a chegada de uma plataforma. Em um estudo da Fundação Getúlio Vargas, Macaé foi apontada como o nono melhor município do Brasil para se

trabalhar, perdendo apenas para capitais.

Em 2004, a cidade concentrava 63.600 empregos formais, um crescimento de 24% em relação a 2001, intervalo em que o estado do Rio evoluiu 9,2% na criação de vagas. O mercado de trabalho se expande, mas estende a mão somente a quem tem qualificação, um pré-requisito distante demais num país em que nem o ensino primário está resolvido na base da pirâmide.

Mesmo quem se candidata às funções com mínimo grau de exigência enfrenta problemas no ramo da exploração em alto-mar. Exigido até para o operário de nível mais baixo, que pode ter funções tão simples como a de carregar peças e ferramentas, exige-se, entre outras coisas, o curso de salvatagem, os procedimentos básicos de segurança no mar. Para isso, gasta-se, em média, R\$ 1.200, custo do sustento de meses de algumas famílias de baixa renda.

Os cursos deveriam ser, em tese, pagos pela Petrobras, seja para funcioná-

rios diretos, seja para prestadores de serviço. Mas quem é do ramo sabe que chegar com o certificado nas mãos é meio caminho andado para bater o ponto.

Petroleiro aposentado, Leônidas Magalhães, 58 anos, construiu a vida como caldeireiro trabalhando embarcado na Bacia de Campos. Dois de seus irmãos, e agora também seus dois filhos, seguiram o mesmo caminho, que, apesar dos sacrifícios das jornadas embarcadas, ainda é um dos mais estáveis e promissores no Norte Fluminense.

“Não podemos reclamar do crescimento. Macaé evoluiu graças ao petróleo, mas foi ele também que transformou muito o jeito de se viver daqui. Sou nascido e criado no Morro do Carvão, que, até bem pouco tempo atrás, não era favela. Hoje moro noutro bairro e não gosto de chegar no Carvão à noite. O pessoal da minha época já está dormindo, a molecada nova não me conhece e a coisa por lá anda quente”, conta.

TORNEIRA ABERTA A miséria cresceu silenciosa até 1997, ano da promulgação da lei que trouxe royalties aos borbotões e atraiu empresas e gente de todo o País

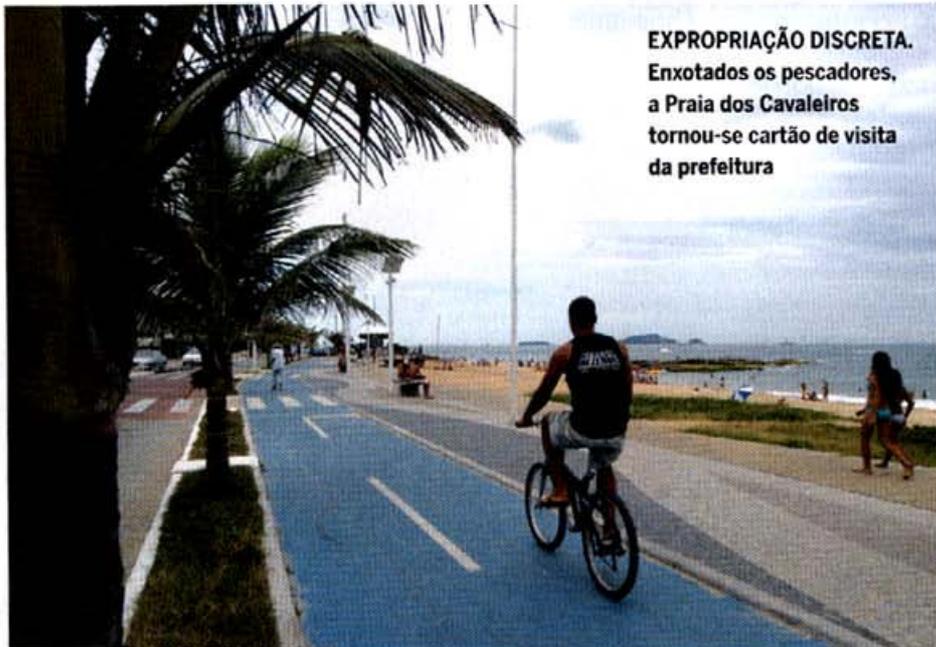
Especial

A corrida ao eldorado do petróleo vem desde a década de 70, quando a Petrobras escolheu Macaé como sede das atividades de prospecção e exploração na Bacia de Campos. A miséria cresceu silenciosa até 1997, ano da promulgação da nova Lei do Petróleo, que trouxe royalties aos borbotões e atraiu empresas e gente de todo o País.

No início, as ocupações contavam somente com a vista grossa das administrações municipais. Mas a possibilidade de transformar cada novo habitante em voto alimentou um ciclo ainda mais perverso de degradação.

“Chegava gente aos montes, quase todo mundo sem ter onde ficar. Para quem não tem teto, o que é um votinho e uma transferência de título, se algum espertalhão chega oferecendo tijolos, cimento e um lugar para construir?”, lembra a vereadora Marilena Garcia (PT), que viu crescer, dos fundos de sua casa, uma das ocupações mais preocupantes, tanto pelas condições de vida como pela agressão ao meio ambiente: a Ilha Leocádia, uma área de conservação onde famílias foram incentivadas a construir e, hoje, têm de ser retiradas a cada cheia do Rio Macaé, que cumpre seu ciclo natural e inunda o mangue.

A prosperidade da zona sul e os flagelos da zona norte encontram-se na foz de um dos maiores problemas ambientais de Macaé:



EXPROPRIAÇÃO DISCRETA. Enxotados os pescadores, a Praia dos Cavaleiros tornou-se cartão de visita da prefeitura

nenhuma delas tem saneamento básico. Pelas estimativas do próprio prefeito, Riverton Mussi (PSDB), só 40% da cidade tem esgoto, e há quem fale em uma proporção ainda mais reduzida.

“A população de Macaé cresceu muito nos últimos anos e, apesar de pensarem que estamos nadando em dinheiro, os investimentos em infra-estrutura são pesados. Saneamento e urbanização de favelas estão entre as nossas prioridades, mas temos que dar conta de muito mais. Só a manutenção do hospital municipal custa, por ano, R\$ 50 milhões. E usamos esse dinheiro para atender

pacientes de toda a região, já que os outros municípios não construíram nem equiparam seus hospitais”, explica o prefeito.

Sobrinho do antecessor, Sylvio Lopes, que governou a cidade por oito anos, e filho de outro ex-prefeito, ele faz também uma crítica à imagem distorcida que se criou de Macaé para o resto do Brasil: “As pessoas têm que parar de achar que isso aqui é o eldorado, que é só chegar, entrar na onda do petróleo e ficar rico”, adverte, confessando-se preocupado com o afluxo que adensa as áreas carentes do município, acentua as demandas por infra-estrutura e ancora Macaé na 815ª posição nacional do Índice de Desenvolvimento dos Municípios e na 17ª do



GASTOS CRESCENTES. “Só a manutenção do hospital custa R\$ 50 milhões por ano”, argumenta o prefeito Mussi

LÓGICA ELEITOREIRA “Espertalhões” oferecem tijolos, cimento e um lugar para construir em troca do voto de quem não tem onde morar, conta uma vereadora

CLUBE DOS NOVE O total anual dos royalties transferidos para a região já supera R\$ 1 bilhão

Desde que passaram a ser irrigados com o veio mais abundante dos royalties do petróleo, os nove municípios diretamente envolvidos na produção de óleo e gás no norte do estado do Rio de Janeiro convivem com o excêntrico cenário de fartura de recursos. Como fazem limite com a Bacia de Campos e recebem a maior parte das instalações e dutos para escoamento de óleo e gás, são eles, por lei, os maiores beneficiados na hora de repartir o bolo de repasses federais formado por royalties e participações especiais da produção naquela região. A partir da redistribuição desses recursos, com a nova Lei do Petróleo, as transferências da União para esses municípios saltaram de R\$ 32,9 milhões, em 1997, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2005.

A liberdade que as prefeituras têm para usar esse dinheiro, que só não pode ser gasto em pagamento de salários, virou motivo de preocupação e deu origem, em junho do ano passado, a um movimento de vereadores dos municípios mais afetados pelas receitas do petróleo. Liderada pela petista Marilena Garcia, de Macaé, a Organização dos Vereadores para o Desenvolvimento Regional dos Municípios Produtores de Petróleo (Omvetro) cobra transparência e planejamento dos gastos das prefeituras. "Assistimos a um processo de deterioração urbana muito danoso nos últimos anos. Infelizmente, o que vemos hoje é falta de planejamento em questões fundamentais, como políticas

de habitação e criação de alternativas à economia baseada exclusivamente no petróleo", cobra Marilena.

Prefeituras, vereadores, moradores da região e trabalhadores do setor concordam em pelo menos um ponto: o de que o petróleo e, obviamente, os royalties, são finitos e é preciso criar alternativas de receita e trabalho na região produtora.

O Projeto de Lei 1.618/2003, do deputado Mauro Passos (PT-SC), pode acabar com a festa dos royalties nessas áreas muito antes do que se imagina. Amparado nos argumentos de que as riquezas minerais são de todos e de que encharcar apenas a região produtora com os benefícios é um disparate, Passos propõe repartir o bolo em fatias homogêneas por todo o País. Na nova fórmula de distribuição, 20% do total de royalties constituiriam um fundo a ser dividido entre ministérios, 40% seriam destinados a outro a ser distribuído entre estados e municípios afetados pela exploração do petróleo. Os 40% restantes iriam para os demais estados e municípios.

A legislação atual prevê 70% para estados produtores, 20% para municípios produtores e 10% para cidades com instalações marítimas ou terrestres de óleo e gás. "A concentração de recursos para poucos municípios é injusta. No surgimento da discussão dos royalties, o que se produzia era muito pouco, e também o que se gerava de repasses. Hoje isso vai à casa dos bilhões de reais", defende o deputado.

O economista Filipe Honorato dedicou-se a estudar o grau de dependência

MONTANTES RECEBIDOS EM 2005

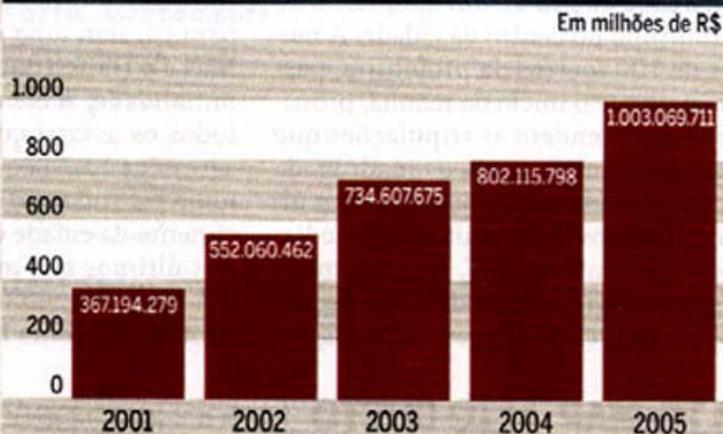
Em R\$	
Armação dos Búzios	39.267.088,97
Cabo Frio	101.758.892,20
Campos dos Goytacazes	321.301.169,81
Carapebus	25.718.960,17
Casimiro de Abreu	39.577.552,93
Macaé	264.889.451,09
Quissamã	53.104.182,53
Rio das Ostras	119.386.863,97
São João da Barra	38.065.549,55

econômica dos royalties naquela região e chama a atenção, na tese de mestrado *Agendas Minerais e o Fundo Público*, a ser defendida em fevereiro na Unicamp, para o risco de não se ter, ainda, uma alternativa que dê sustentabilidade às cidades para além da fase gorda dos repasses do petróleo.

"Alguns municípios têm mais de 70% da receita amarrada aos royalties. Cabo Frio é o único que consegue ir além de 50% com sua própria arrecadação. Numa situação hipotética de acidente com uma plataforma, que pare um campo por um mês, por exemplo, esses municípios podem ter sérios problemas na receita corrente do ano", exemplifica. O pesquisador também alerta para a falta de formas de controle sobre o investimento dos royalties, já que hoje são os Tribunais de Contas dos municípios os responsáveis pela fiscalização, não mais a União. "Nos governos federal e estadual, que são obrigados a destinar esses recursos para áreas como tecnologia e pesquisa, ainda há algum controle. Mas os municípios, hoje, gastam como bem entenderem."



TOTAIS DESTINADOS AOS NOVE MUNICÍPIOS



Especial

estado, a despeito dos sucessivos recordes de desempenho econômico.

As favelas acolhem quem chega para se aventurar na terra do petróleo, mas também terminam por absorver antigos moradores que, sem acompanhar a maré da valorização imobiliária, são obrigados a abandonar a cidade formal.

O melhor exemplo desse tipo de expropriação discreta passa pela Praia dos Cavaleiros, orgulho dos macaenses e cartão de visita da prefeitura. Quando as primeiras empresas estrangeiras chegaram, uma das poucas porções construídas da orla era a colônia de pescadores. Com a busca por novas moradias de alto padrão, os cifrões saltaram aos olhos dos empreendedores, que trataram de repartir esta e outras áreas do litoral sul e começaram a lucrar alto. Como a prospecção em alto-mar afasta os cardumes e dificulta a pesca artesanal, quem vivia do pescado teve de se acomodar na periferia, já que a renda da pesca não acompanhava a elevação do custo de vida inflado pelos salários da nova mola mestra da economia local.

Dono de uma das bancas do mercado de peixes da cidade, Marcos Rocha Pimentel, 42 anos, acompanha os ciclos da pesca desde os 12, quando ajudava os avós nas manhãs movimentadas do mercado. “O pequeno pescador acabou. As plataformas de petróleo são ótimos locais para a pesca, atraem cardumes gigantes. Mas esse tipo de pesca não pode ser feito em barcos pequenos, pois depende de infra-estrutura, embarcações com capacidade de armazenar gelo e óleo para passar uma semana no mar, jogando a rede a 70 quilômetros mar adentro”, explica.

O mercado de peixe é um dos pontos do burburinho no centro da cidade. A menos de 100 metros da prefeitura, passeiam, desde o início da manhã, prostitutas que atendem as tripulações que desembarcam da pesca da madrugada ou quem ainda resiste acordado nos últimos bocejos da boemia. Nas imediações do “infernhinho”, compram-se, além de programas, produtos de pequenos furtos e, claro, drogas. As pichações

“A.D.A.” – facção Amigos dos Amigos, a mesma que controla no Rio favelas como a Rocinha – demarcam o território do traficante Rogério “Rupinol”, apelido inspirado no medicamento que, misturado ao álcool, se torna droga poderosa, usada para dopar vítimas de roubos e seqüestros relâmpagos.

Prostituição, furtos, violência doméstica e dependência química estão em um pacote liderado pelo tráfico, como relata o chefe de operações da Polícia Federal em Macaé, José Medeiros Machado, 49 anos, os últimos 22 deles na cidade.

“Apesar de toda essa imagem de po-

Entre tantos indicadores sociais alarmantes, endossados pela percepção da população de que um dos efeitos colaterais dos royalties é o aumento da tensão social, o economista **Marcelo Neri**, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, chama a atenção para um dado positivo: um dos méritos da chegada dos royalties foi o de trazer para cima da linha de pobreza, como ele considera as famílias que vivem com renda mensal abaixo de R\$ 115, uma parcela significativa da população de Macaé.

No período de 1991 a 2000, em que a pobreza no estado do Rio caiu 18,2%,



FARTURA. PARA OS GRANDES. Pimentel acompanha os ciclos da pesca há 30 anos

der do traficante, o comércio de drogas em Macaé ainda é coisa de formiguinha, aquele movimento de pequenos traficantes levando drogas para lá e para cá, sem uma grande articulação. Mas é o tráfico que carrega toda a criminalidade. A ele estão ligados quase todos os assassinatos, roubos, furtos, agressões e até pequenos problemas familiares. Tudo isso acompanhou o crescimento da cidade e se acentuou muito nos últimos seis anos, quando houve um aumento violento do número de habitantes”, conta Medeiros.

Macaé conseguiu uma redução de 56,4%, atingindo no tempo recorde de nove anos as metas previstas pela ONU, que propõe 50% de redução em 25 anos. Para o pesquisador, essa é a prova de que o despejo de repasses federais, ainda que concentrado nas mãos de uma parcela reduzida da população, tem respingado também as camadas menos favorecidas.

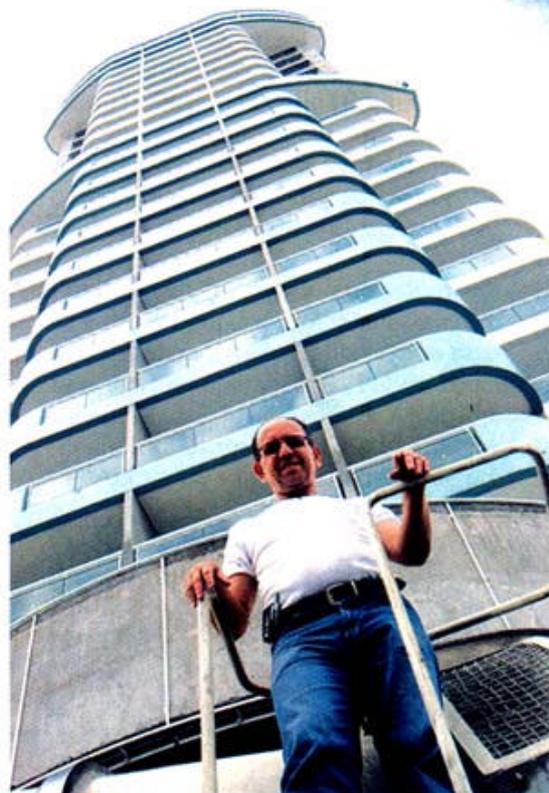
Num período próximo ao da análise da FGV, entre 1998 e 2001, a escalada das receitas de royalties e participações especiais do município evoluiu ▶

ALTO-MAR, ALTO CUSTO “O pequeno pescador acabou. As plataformas de petróleo atraem cardumes, mas essa pesca requer infra-estrutura”, diz um comerciante

Especial

► 1.979,05%, saltando de R\$ 3,8 milhões para R\$ 79,9 milhões. “Macaé pode ser considerado um caso atípico, para o lado do bem. Esperava-se uma atração preocupante por causa do emprego, mas as estatísticas mostram que tem havido um impacto positivo sobre a pobreza. Esse movimento é similar ao que ocorreu no Brasil na época do milagre econômico. Dizia-se que, no período da ditadura, tinha piorado a concentração de renda, mas, olhando-se os números, constatou-se que a pobreza foi reduzida à metade em dez anos”, compara Neri.

No caso de Macaé, como explica o economista, houve a importação da pobreza, mas a atividade econômica trouxe também famílias de renda alta que aqueceram o comércio e contribuíram para o desenvolvimento. “Os dados de pobreza mostram uma melhora, mas até que ponto esse progresso é permanente? É necessário agora organizar es-



DA GRAXA AO LUXO. O corretor Darlan é uma exceção

ses fluxos e investir nas pessoas”, alerta Neri.

Quem conseguiu um lugar no bonde do crescimento foi longe. Que o diga o corretor de imóveis Darlan Cezar Pinheiro, de 60 anos, que foi do subemprego à vida de empresário e hoje, dono da Darlan Imóveis, é consultor dos principais investimentos imobiliários na região. Da cobertura inacabada do Sheraton, projeto que ajudou a viabilizar, ele detalha as transformações na paisagem macaense desde o fim do ciclo da cana-de-açúcar, misturando o passado recente do petróleo com a sua própria história.

“Fui engraxate, açougueiro, fiz de tudo. Nos últimos 25 anos, ajudei a consolidar perto de 2 mil empreendimentos aqui, a maioria deles graças aos royalties”, orgulha-se Darlan, ciente de que sua trajetória rumo ao topo da pirâmide representa uma exceção no país que se acostumou a juntar o bolo sem repartir. ■

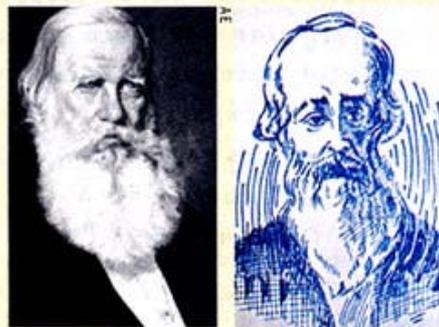
A PRAGA DOS CEM ANOS Terminada a maldição da “Fera de Macabu”, Macaé entrou na era do petróleo

Em meados do século XIX, quando nem o mais visionário dos brasileiros sonhava com o petróleo, uma maldição lançada por um fazendeiro condenado injustamente à força determinaria, com assustadora precisão, o início do ciclo de prosperidade que hoje transforma a cidade de Macaé. A execução de Manoel da Motta Coqueiro, último condenado à morte no Brasil, é considerada um marco na história jurídica do País e apontada como fato determinante para que o imperador Pedro II extinguisse a pena capital.

Numa noite chuvosa de 1852, oito colonos de uma família foram brutalmente assassinados em casa, dentro de uma das propriedades rurais de Motta Coqueiro. Acusado pelo crime, o fazendeiro foi tragado numa conspiração montada por adversários políticos, com a tutela de policiais, que o levou à condenação dois anos e meio de-

pois. Instigada pelas acusações, a imprensa local atribuiu-lhe o apelido de “Fera de Macabu”, numa referência à localidade – hoje município – onde ocorreu o crime.

O imperador Pedro II negou o pedido de graça ao fazendeiro, que, em 6 de março de 1855, foi executado em praça pública. No patíbulo, inconformado com o trágico destino que a injustiça lhe im-



INJUSTIÇA. Pedro II não concedeu a graça pedida por Coqueiro, executado em 1855

pusera. Coqueiro jurou inocência e rogou a praga contra a cidade que o enforcava: Macaé viveria 100 anos de atraso.

O caso ainda se mantinha vivo na lembrança da região, quando se descobriu que o fazendeiro tinha sido vítima de um irreparável erro judiciário. O imperador, a partir de então, passou a acolher todas as petições de graça a ele encaminhadas e, mais tarde, decidiu converter em prisão perpétua todas as sentenças de morte.

A história, contada no livro *Fera de Macabu*, do jornalista Carlos Marchi, além de revolver os detalhes do período da extinção da pena de morte no País, traz à tona a lenda hoje contada com gosto por quem vive ou frequenta a região. Os efeitos da “Maldição de Coqueiro”, como ficou conhecida, cessaram exatamente um século depois do enforcamento, quando, em 1955, a Petrobras desembarcou em Macaé para conduzir as pesquisas que, 20 anos depois, dariam início à exploração de petróleo nas maiores reservas brasileiras.

OPORTUNIDADE “Os dados de pobreza mostram uma melhora, mas agora é necessário investir nas pessoas”, alerta o economista Marcelo Neri, da FGV